

Companhia  
Energética do  
Maranhão S.A. -  
CEMAR

**Relatório sobre a revisão de  
informações trimestrais -  
ITR em 31 de março de 2019**

# Conteúdo

<b>Relatório sobre a revisão das informações trimestrais - ITR</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>5</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às informações trimestrais - ITR</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635  
Sala 501 e 502 - Aldeota  
60150-150 - Fortaleza/CE - Brasil  
Telefone +55 (85) 3307-5100  
kpmg.com.br

## Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da  
**Companhia Energética do Maranhão - CEMAR**  
São Luis - MA

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



### **Conclusão sobre as informações intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### **Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado**

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 14 de maio de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 S-CE

Marcelo Pereira Gonçalves  
Contador CRC 1SP220026/O-3

## Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR

### Balancos patrimoniais em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2019	31/12/2018	Passivo	Nota	31/03/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.514.728	1.220.936	Fornecedores	13	368.034	289.357
Contas a receber de clientes	6	859.166	885.620	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		16.844	13.251
Contas a receber - bandeiras tarifárias		1.382	1.369	Empréstimos e financiamentos	14	203.837	202.968
Serviços pedidos		79.573	71.228	Debêntures	15	171.151	170.629
Partes relacionadas	9	17.308	13.336	Partes relacionadas	9	8.123	5.219
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	63.186	138.625	Impostos e contribuições a recolher	16	91.559	102.746
Depósitos judiciais	18	2.382	2.076	Impostos e contribuições sobre lucro a recolher		12.315	22.983
Estoques		5.719	5.267	Dividendos		127.491	127.491
Impostos e contribuições a recuperar	8	38.115	38.111	Encargos do consumidor		12.278	16.672
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		59.283	54.972	Contribuição de iluminação pública		11.619	9.797
Outros créditos a receber		<u>64.722</u>	<u>69.945</u>	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		55.256	58.221
<b>Total do ativo circulante</b>		<b><u>2.705.564</u></b>	<b><u>2.501.485</u></b>	Participação nos lucros		10.649	23.691
<b>Não circulante</b>				Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	18	28.192	21.920
Contas a receber de clientes	6	195.796	203.156	Outras contas a pagar		<u>50.036</u>	<u>41.925</u>
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	131.467	63.527	<b>Total do passivo circulante</b>		<b><u>1.167.384</u></b>	<b><u>1.106.870</u></b>
Depósitos judiciais	18	61.560	49.924	Fornecedores	13	13.666	13.719
Serviços pedidos		2.574	2.574	Empréstimos e financiamentos	14	1.248.088	1.131.106
Impostos e contribuições a recuperar	8	806.822	800.697	Debêntures	15	875.105	870.158
Outros créditos a receber		1.162	1.171	Impostos e contribuições a recolher	16	2.807	2.713
Ativo financeiro da concessão	10	1.536.442	1.523.096	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	326.844	310.588
Intangível	11	1.596.687	1.625.558	Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	18	94.106	100.747
Ativos contratuais	12	<u>281.546</u>	<u>220.392</u>	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética		20.501	15.546
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b><u>4.614.056</u></b>	<b><u>4.490.095</u></b>	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	19	584.985	580.587
				Outras contas a pagar		<u>7.030</u>	<u>7.031</u>
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b><u>3.173.132</u></b>	<b><u>3.032.195</u></b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	20.1	1.146.557	1.146.557
				Reservas de capital		674	674
				Reservas de lucros		1.705.284	1.705.284
				Resultado no período		<u>126.589</u>	<u>-</u>
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b><u>2.979.104</u></b>	<b><u>2.852.515</u></b>
<b>Total do ativo</b>		<b><u>7.319.620</u></b>	<b><u>6.991.580</u></b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b><u>7.319.620</u></b>	<b><u>6.991.580</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

# Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR

## Demonstrações dos resultados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2019	31/03/2018
Receita operacional líquida	22	870.975	906.575
Custos de energia elétrica, construção e operação	23	<u>(583.374)</u>	<u>(671.435)</u>
Energia elétrica comprada para revenda	24	(432.187)	(526.648)
Custo de construção	23	(79.932)	(70.310)
Custo da operação	23	<u>(71.255)</u>	<u>(74.477)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>287.601</u>	<u>235.140</u>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com vendas	23	(41.663)	(39.631)
Despesas gerais e administrativas	23	(51.606)	(41.863)
Perdas esperada por redução ao valor recuperável	23	(26.884)	(26.844)
Outras despesas operacionais, líquidas		<u>(3.590)</u>	<u>(8.719)</u>
<b>Total de despesas operacionais</b>		<u>(123.743)</u>	<u>(117.057)</u>
<b>Resultado antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social</b>		<u>163.858</u>	<u>118.083</u>
Receitas financeiras	25	48.913	54.563
Despesas financeiras	25	<u>(57.134)</u>	<u>(69.436)</u>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	25	<u>(8.221)</u>	<u>(14.873)</u>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>155.637</u>	<u>103.210</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	17.3	(12.793)	(9.143)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	17.3	<u>(16.255)</u>	<u>(8.987)</u>
<b>Impostos sobre o lucro</b>		<u>(29.048)</u>	<u>(18.130)</u>
<b>Lucro líquido do período</b>		<u>126.589</u>	<u>85.080</u>
Lucro por ação básico e diluído - R\$			
Ação ordinária		0,77102	0,51820
Ação preferencial nominal - A		0,77102	0,51820
Ação preferencial nominais - B		<u>0,77102</u>	<u>0,51820</u>
<b>Quantidade de ações ordinárias no final do período (em milhares de ações)</b>		<u>161.319</u>	<u>161.319</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

# Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR

## Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

*(Em milhares de Reais)*

	31/03/2019	31/03/2018
Lucro líquido do período	126.589	85.080
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos	<u>-</u>	<u>-</u>
Total resultados abrangentes	<u><u>126.589</u></u>	<u><u>85.080</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

## Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros							Lucros acumulados	Total
	Capital social	Opções outorgadas	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Reforço de capital de giro	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>1.025.318</u>	<u>674</u>	<u>24.481</u>	<u>96.758</u>	<u>-</u>	<u>1.134.894</u>	<u>165.674</u>	<u>-</u>	<u>2.447.799</u>
Lucro líquido do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>85.080</u>	<u>85.080</u>
Saldos em 31 de março de 2018	<u>1.025.318</u>	<u>674</u>	<u>24.481</u>	<u>96.758</u>	<u>-</u>	<u>1.134.894</u>	<u>165.674</u>	<u>85.080</u>	<u>2.532.879</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>1.146.557</u>	<u>674</u>	<u>33.618</u>	<u>132.359</u>	<u>24.628</u>	<u>1.286.637</u>	<u>228.042</u>	<u>-</u>	<u>2.852.515</u>
Lucro líquido do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>126.589</u>	<u>126.589</u>
Saldos em 31 de março de 2019	<u>1.146.557</u>	<u>674</u>	<u>33.618</u>	<u>132.359</u>	<u>24.628</u>	<u>1.286.637</u>	<u>228.042</u>	<u>126.589</u>	<u>2.979.104</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.



# Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR

## Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	31/03/2019	31/03/2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do período</b>	126.589	85.080
Ajustes para:		
Amortização	44.958	43.043
Baixa de intangível e ativos financeiro e contratual	2.158	5.541
Atualização do ativo financeiro	(12.938)	(2.004)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	49.181	59.232
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	5.877	6.489
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	26.884	26.844
Provisão e atualização de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	7.944	8.675
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	7.499	(33.711)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.255	8.987
Imposto de renda e contribuição social correntes	12.793	9.143
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(7.451)	-
<b>Lucro líquido do período após ajustes</b>	<b>279.749</b>	<b>217.319</b>
<b>Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes</b>		
Contas a receber de clientes	19.617	85.933
Contas a receber – bandeiras tarifárias	(13)	2.968
Serviços pedidos	(8.345)	(8.714)
Depósitos judiciais	(11.942)	(3.606)
Estoques	(452)	(460)
Impostos e contribuições a recuperar	5.760	(609)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(4.311)	(4.798)
Outros créditos a receber	5.232	(29.446)
Fornecedores	78.624	(59.710)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	3.593	1.359
Impostos e contribuições a recolher	(11.133)	(2.381)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(13.020)	(195)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(23.127)	(9.472)
Encargos do consumidor	(4.394)	(2.877)
Contribuição de iluminação pública	1.822	(2.661)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	(5.954)	(4.402)
Participação nos lucros	(13.042)	(14.975)
Partes relacionadas	(1.068)	-
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	(6.246)	(4.443)
Juros pagos	(27.132)	(29.235)
Outras contas a pagar	8.110	(857)
<b>Caixa utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>(7.421)</b>	<b>(88.581)</b>
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>272.328</b>	<b>128.738</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisições no ativo intangível e contratual	(79.807)	(59.146)
Resgates /Aplicações financeiras	-	394
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(79.807)</b>	<b>(58.752)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(48.729)	(33.674)
Captação de empréstimos e financiamentos	150.000	-
<b>Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento</b>	<b>101.271</b>	<b>(33.674)</b>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>293.792</b>	<b>36.312</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.220.936	1.742.518
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.514.728	1.778.830
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>293.792</b>	<b>36.312</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

# Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR

## Demonstrações do valor adicionado

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	31/03/2019	31/03/2018
<b>Receitas</b>		
Vendas de produtos e serviços e receitas de construção	1.241.693	1.230.896
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	(26.884)	(26.844)
Provisão para processos cíveis fiscais e trabalhistas	(6.296)	(5.448)
Outras despesas (receitas) operacionais	(1.507)	(1.555)
Outras despesas (receitas) não recorrentes	(2.083)	(7.164)
	<u>1.204.923</u>	<u>1.189.885</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(512.119)	(596.958)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(84.675)	(79.334)
	<u>(596.794)</u>	<u>(676.292)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<u>608.129</u>	<u>513.593</u>
Amortização	<u>(44.958)</u>	<u>(43.043)</u>
<b>Valor adicionado líquido gerado pela Companhia</b>	<u>563.171</u>	<u>470.550</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	48.913	54.559
Outras	-	(7.839)
	<u>48.913</u>	<u>46.720</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u><b>612.084</b></u>	<u><b>517.270</b></u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Empregados		
Remuneração direta	24.973	23.901
Benefícios	7.989	8.332
FGTS	1.845	2.148
Outros	(4.277)	(4.606)
	<u>30.530</u>	<u>29.775</u>
Tributos		
Federais	185.482	161.816
Estaduais	210.555	177.555
Municipais	310	386
	<u>396.347</u>	<u>339.757</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	49.234	58.998
Aluguéis	1.484	1.065
Outros	7.900	2.595
	<u>58.618</u>	<u>62.658</u>
Remuneração de capitais próprios		
Lucro líquido do período	<u>126.589</u>	<u>85.080</u>
	126.589	85.080
<b>Valor adicionado</b>	<u><b>612.084</b></u>	<u><b>517.270</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

## **Notas explicativas às informações trimestrais**

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

A Companhia Energética do Maranhão - CEMAR (“Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade São Luís, no Estado do Maranhão, controlada pela Equatorial Energia S.A., é a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o Estado do Maranhão com 331.937 km<sup>2</sup>, atendendo, em 31 de março de 2019, 2.503.133 consumidores em 217 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado da B3.

### **2 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica**

Conforme contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 060/2000, assinado em 28 de agosto de 2000 celebrado entre a ANEEL, a CEMAR e o acionista controlador, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de agosto de 2030, podendo ser renovado por igual período.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

A Companhia, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração.

### **3 Base de preparação e apresentação das informações trimestrais**

#### **3.1 Declaração de conformidade**

As informações financeiras intermediárias relativas ao período de três meses findos em 31 de março de 2019 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - (“CVM”) e em conformidade com o IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

Essas informações financeiras intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 e devem ser lidas em conjunto.

As informações de notas explicativas que não sofreram alterações significativas com comparação a 31 de dezembro de 2018 não foram apresentadas integralmente nestas informações trimestrais.

A emissão dessas informações trimestrais foi autorizada pela Administração em 09 de maio de 2019.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as informações trimestrais. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 4.

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas informações trimestrais estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **3.3 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas informações trimestrais, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais, e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo período estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 6.1 - Receita não faturada:** Estimativas dos montantes da receita sobre a energia consumida, porém não faturada;
- **Nota explicativa 6.2 - Contas a receber:** Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável;
- **Nota explicativa 10 - Ativo financeiro da concessão:** Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão;
- **Nota explicativa 11 - Intangível:** Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor;

- **Nota explicativa 17 - Imposto de renda e contribuições sociais diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro. Os tributos diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins de informações trimestrais e os correspondentes valores para fins de tributação; e em relação aos prejuízos fiscais, considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro;
- **Nota explicativa 18 - Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios:** Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos;
- **Nota explicativa 26.3 - Instrumentos financeiros:** Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

(i) **Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver. Não houve em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 instrumentos financeiro instrumentos financeiros classificados no nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no período da revisão das informações trimestrais.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 26.3.

### **3.4 Base de mensuração**

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justos, quando requeridos pela norma;
- O ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido.

## **4 Principais políticas contábeis**

As informações trimestrais são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período, se houver. As práticas contábeis utilizadas na preparação destas informações trimestrais são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia, descritas na nota nº 4, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto, as novas práticas contábeis adotadas conforme demonstrado na nota 4.1. Portanto, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, emitidas em 29 de março de 2019, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de março de 2019.

### **4.1 Principais mudanças nas políticas contábeis**

O CPC 06 passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia aplicou inicialmente a IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019 usando a abordagem retrospectiva modificada. Sob essa abordagem, a informação comparativa não é exigida e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento. A Companhia analisou seus contratos de arrendamento operacional para identificar se eles continham ou não um arrendamento, de acordo com a IFRS 16. A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia aplicou

a IFRS 16 apenas para os contratos vigentes 1º de janeiro de 2019 e que foram previamente identificados como arrendamentos. Em conformidade com a IFRS 16, a Companhia optou também por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo, que são contratos com duração máxima de 12 meses e de baixo valor, que são contratos cujo valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil.

Foram identificados pela adoção da IFRS 16 nos ativos e passivos da Companhia os seguintes arrendamentos operacionais:

- (a) Imóveis não residenciais para a instalação de agências e centros de distribuição;
- (b) Veículos.

Adicionalmente, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*), cujos limites máximos de alavancagem em empréstimos e debêntures se encontram descritos na notas explicativas 14 e 15, respectivamente.

A Companhia adotou o CPC 06(R2)/IFRS16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019, contudo com base na avaliação da Administração, não houve impactos significativos nos contratos de arrendamentos da Companhia.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>31/03/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Caixa e bancos	36.115	46.531
Aplicações financeiras de curto prazo (i) (ii)	1.478.613	1.174.405
Total caixa e equivalentes de caixa	1.514.728	1.220.936
Aplicações financeiras de curto prazo	<b>31/03/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
CDB (i)	130.173	165.320
Debêntures compromissadas (i)	64.821	63.919
Fundos de investimentos (ii)	1.283.619	945.166
Total	1.478.613	1.174.405

- (i) As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a Fundos de Investimentos, CDB - Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas, de alta liquidez, contratados diretamente com as instituições financeiras que operam no Mercado Financeiro Nacional e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata, logo são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

Tais aplicações são pós fixadas e remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com percentual em torno de 99,64% (98,41% em 31 de dezembro de 2018).

- (ii) Os Fundos de Investimentos, que representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia.

Os fundos são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, pós fixado e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata.

A Companhia adota a estratégia de aplicar seus recursos financeiros em fundos de investimento e ativos que possuem o objetivo de acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários e classificados como caixa e equivalentes de caixa. A Companhia utiliza os fundos de investimentos na sua gestão diária de caixa.

## 6 Contas a receber de clientes

### 6.1 Composição dos saldos

	<b>31/03/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Contas a receber de consumidores faturados	523.258	551.036
Contas a receber de consumidores não faturados (a)	133.158	137.222
Parcelamentos (b)	397.960	393.117
Baixa renda	35.147	39.102
Outras	79.888	78.409
	<hr/>	<hr/>
Total	1.169.411	1.198.886
(-) Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber	(114.449)	(110.110)
	<hr/>	<hr/>
Total contas a receber clientes	<u>1.054.962</u>	<u>1.088.776</u>
Circulante	859.166	885.620
Não circulante	195.796	203.156

- (a) Consiste na estimativa de energia fornecida entre a data de leitura e o encerramento do mês, conforme prática estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico de 2015; e
- (b) Parcelamentos sobre faturas de energia elétrica, que podem ser efetuados com prazo de até 48 vezes. Os parcelamentos possuem juros de 1% a.m.

### 6.2 Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber

	<b>31/12/2018</b>	<b>Provisões adições (*)</b>	<b>Reversões (baixas) (*)</b>	<b>31/03/2019</b>
Contas a receber de consumidores faturados	36.416	29.740	(24.475)	41.681
Parcelamentos	63.781	10.917	(7.263)	67.435
Outras	9.913	3.513	(8.093)	5.333
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total	<u>110.110</u>	<u>44.170</u>	<u>(39.831)</u>	<u>114.449</u>

Informações adicionais sobre como a Companhia mensura a provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber estão descritas na Nota explicativa nº 26.3.



(\*) A movimentação líquida de provisões e reversões do período no total de R\$ 4.339, acrescido do valor de perdas efetivas baixadas diretamente do contas a receber contra resultado no total de R\$ 22.505, totalizam o montante de R\$ 26.844 apresentado no resultado do exercício como Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber.

**a. Contas a receber de consumidores faturado**

<b>31/03/2019</b>				
	<b>Saldos a vencer</b>	<b>Vencidos até 90 dias</b>	<b>Vencidos há mais de 90 dias</b>	<b>Total</b>
Residencial	93.284	156.240	48.920	298.444
Industrial	10.112	3.828	4.381	18.321
Comercial	43.270	19.942	7.113	70.325
Rural	7.725	5.748	6.309	19.782
Poder público	24.938	30.518	12.239	67.695
Iluminação pública	6.682	2.934	5.321	14.937
Serviço público	15.339	13.782	4.633	33.754
	<b>201.350</b>	<b>232.992</b>	<b>88.916</b>	<b>523.258</b>

<b>31/12/2018</b>				
	<b>Saldos a vencer</b>	<b>Vencidos até 90 dias</b>	<b>Vencidos há mais de 90 dias</b>	<b>Total</b>
Residencial	114.613	150.884	43.221	308.718
Industrial	11.854	4.564	4.904	21.322
Comercial	50.113	20.528	6.765	77.406
Rural	8.930	6.683	6.476	22.089
Poder público	27.649	25.138	7.618	60.405
Iluminação pública	8.139	6.739	2.275	17.153
Serviço público	16.421	23.587	3.935	43.943
	<b>237.719</b>	<b>238.123</b>	<b>75.194</b>	<b>551.036</b>

**b. Parcelamentos**

<b>31/03/2019</b>				
	<b>Saldos a vencer</b>	<b>Vencidos até 90 dias</b>	<b>Vencidos há mais de 90 dias</b>	<b>Total</b>
Residencial	169.226	17.080	60.493	246.799
Industrial	3.896	380	4.263	8.539
Comercial	17.071	1.984	8.585	27.640
Rural	7.930	721	2.644	11.295
Poder público	38.556	2.138	1.758	42.452
Iluminação pública	20.273	558	589	21.420
Serviço público	38.016	1.011	788	39.815
	<b>294.968</b>	<b>23.872</b>	<b>79.120</b>	<b>397.960</b>

**31/12/2018**

	<b>Saldos a vencer</b>	<b>Vencidos até 90 dias</b>	<b>Vencidos há mais de 90 dias</b>	<b>Total</b>
Residencial	175.741	15.249	52.086	243.076
Industrial	4.036	441	4.004	8.481
Comercial	18.357	1.895	7.548	27.800
Rural	6.586	783	2.900	10.269
Poder público	40.548	2.161	1.349	44.058
Iluminação pública	17.793	637	521	18.951
Serviço público	38.652	1.200	630	40.482
<b>Total do parcelamento</b>	<b>301.713</b>	<b>22.366</b>	<b>69.038</b>	<b>393.117</b>

## 7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

A conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA) é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, com a finalidade de permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas, onde a concessionária contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

	<b>31/12/2018</b>	<b>Constituição</b>	<b>Atualização</b>	<b>Amortizações</b>	<b>31/03/2019</b>
<b>Parcela A</b>					
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	9.622	(9.306)	105	(113)	308
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	839	1.911	35	(289)	2.496
Rede básica (b)	20.750	830	280	(7.349)	14.511
Compra de energia CVA (c)	354.994	85.964	4.868	(71.882)	373.944
ESS - Encargos do serviço do sistema (d)	(79.041)	(18.046)	(1.149)	11.552	(86.684)
	<u>307.164</u>	<u>61.353</u>	<u>4.139</u>	<u>(68.081)</u>	<u>304.575</u>
<b>Itens financeiros</b>					
Sobrecontratação de energia (e)	(19.398)	3.307	(235)	2.757	(13.569)
Neutralidade	(10.150)	5.956	(47)	1.780	(2.461)
CEPISA violação do limite de continuidade	86	-	-	-	86
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente (f)	(31.945)	(5.825)	-	-	(37.770)
Outros (g)	(43.605)	1.824	(456)	(13.971)	(56.208)
	<u>(105.012)</u>	<u>5.262</u>	<u>(738)</u>	<u>(9.434)</u>	<u>(109.922)</u>
<b>Total</b>	<u>202.152</u>	<u>66.615</u>	<u>3.401</u>	<u>(77.515)</u>	<u>194.653</u>
<b>Circulante</b>	138.625				63.186
<b>Não circulante</b>	63.527				131.467

A Companhia registra os valores oriundos das Parcela A de acordo com o período de competência e de maneira prospectiva, conforme OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade.

- (a) Variação negativa em virtude da elevação dos valores homologados pela ANEEL a título de revisão orçamentária para pagamento em 2019 foram inferiores as tarifas de cobertura vigentes;
- (b) Variação negativa em virtude da redução das tarifas impostas para pagamento dos custos serem superiores as tarifas de cobertura vigentes;
- (c) No período de três meses findo em 31 de março de 2019, houve o aumento dos custos da operação do efeito disponibilidade e da exposição financeira, resultantes dos custos repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, afetado diretamente pelo acionamento de térmicas. Para exposição financeira, o aumento teve como fato as diferenças de PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) entre os submercados em relação ao submercado Norte, que esteve com PLD próximo ao mínimo.
- (d) O Encargo de Serviço do Sistema está relacionado ao pagamento de Usinas Térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD. A medida de despachar essas térmicas é tomada pelo Operador Nacional do Sistema - ONS para garantir a segurança energética do sistema. Na revisão tarifária periódica da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi maior que os custos efetivamente pagos, acrescido do recebimento de Receitas via Conta de Energia de Reserva, a CONER, o que no procedimento de modicidade tarifária resulta na

recomposição via passivo regulatório. Com isso, no período de três meses findo em 31 de março de 2019, a conta de ESS realizou-se abaixo da cobertura tarifária, o que resultou em uma constituição passiva de R\$ - 18.046 milhões;

- (e) Para o ano de 2019, devido a quantidade contratada ser superior a energia requerida, o cenário apresenta uma venda de energia no mercado spot, sendo esta quantidade valorada ao PLD médio de R\$ 47,02 para 2019. Devido o PLD ser inferior ao PMIX (valor oriundo do preço médio do reajuste) do distribuidor resulta em uma constituição do passivo regulatório de sobrecontratação. Fator relevante durante o exercício de 2018 foi o efeito da contabilização de operações no mercado de curto prazo dos períodos de julho a outubro de 2017 recalculados pela CCEE na liquidação de janeiro/18 referente ao processo de realocação, entre Agentes de Distribuição participantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, de sobras e déficits de montantes de energia contratados no Ambiente de Contratação regulada, no qual se chama Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSd de Energia Nova;
- (f) Devido à primeira revisão tarifária subsequente ao 3º ciclo de revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, foi estabelecida sistemática em que o valor acumulado de receitas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativo até a data do laudo de avaliação dos ativos, deverá ser transferido para a conta de obrigações especiais, quando, então, receberá o tratamento usual da contrapartida da depreciação dos respectivos ativos alocados como investimentos originários dessas obrigações especiais; e
- (g) As movimentações das amortizações dos ativos e passivos regulatórios estão diretamente relacionadas com financeiros recebidos no reajuste ou revisão tarifária e as receitas decorrentes da venda de energia. No reajuste do exercício 2018, foi recebido um montante de R\$ 335.229, um aumento de 195% se comparado com o reajuste de 2017. Contribuíram para essa variação o financeiro da Previsão da Antecipação do Risco Hidrológico no valor R\$ 75.324 milhões e os financeiros recebidos a título de Parcela A em torno de R\$ 291.924 milhões. Como consequência, no período findo de 31 de março de 2019, foi registrada uma despesa com amortização de R\$ 77.515 milhões. Nesse reajuste foram recebidos dois novos financeiros: O Risco Hidrológico e o Ressarcimento de P&D, este é oriundo da devolução pela União de valores que foram repassados às tarifas de energia elétrica, e recolhido ao Tesouro Nacional, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2012, visando ressarcir estados e municípios pela eventual perda de recolhimento do ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados na geração de energia elétrica, nos 24 meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

Anualmente, no mês de agosto, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). Através da Resolução Homologatória nº 2.438, de 21 de agosto de 2018, a ANEEL realizou a revisão tarifária da Companhia, onde as novas tarifas entraram em vigor no dia 28 de agosto de 2018 com vigência até 27 de agosto de 2019.

Neste processo, as CVA contabilizadas pela Companhia são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças apuradas entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no mesmo período. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste na Companhia. As tarifas de aplicação da CEMAR foram reajustadas em média 16,94% (12,88% no exercício de 2017), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, considerando-se os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Companhia.

## 8 Impostos a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados conforme a seguir:

### 8.1 Impostos e contribuições a recuperar

	31/03/2019	31/12/2018
Circulante:		
ICMS a recuperar (CIAP) (a)	32.627	32.627
INSS	165	165
PIS e COFINS	1.538	1.539
Outros	3.785	3.780
	<hr/>	<hr/>
Total circulante	<u>38.115</u>	<u>38.111</u>

Não circulante		
ICMS a recuperar (CIAP) (a)	38.343	44.108
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (b)	768.338	756.449
Outros	141	140
Total não circulante	806.822	800.697
Totais impostos e contribuições a recuperar	844.937	838.808

- (a) A Companhia possui impostos a recuperar referentes a créditos de ICMS sobre aquisição de materiais destinados ao ativo imobilizado, apropriados à proporção de 1/48 avos.
- (b) A Companhia constituiu um ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 768.338 (756.449 em 31 de dezembro de 2018), baseada na opinião de seus assessores jurídicos após publicação do Acórdão do julgamento do Recurso extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal - STF, e suportado pelo trânsito e julgado da Ação. Ver detalhes na nota explicativa nº 19.

## 9 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro 2018, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (Presidente e Diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Não houve alterações significativas no período em relação às divulgações realizadas nas demonstrações financeiras anuais da Companhia.

### Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração, o Presidente e Diretores. A remuneração total foi fixada em até R\$ 14.000, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizadas em 29 de março de 2019.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período findo em 31 de março de 2019:

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>%</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>
Números de membros	7	-	8	-	15
Remuneração fixa anual	84	100%	813	98%	897
Salário ou Pró-labore	84	100%	747	90%	831
Benefícios diretos e indiretos	-	-	66	8%	66
Benefícios pós emprego	-	-	14	2%	14
Valor total da remuneração por órgão	84	100%	827	100%	911

## 10 Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação, e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2018	Atualização do ativo financeiro (a)	Capitalização	Baixas	31/03/2019
Ativo financeiro	2.095.346	19.272	2.266	(231)	2.116.653
Obrigações especiais (b)	<u>(572.250)</u>	<u>(6.334)</u>	<u>(1.627)</u>	-	<u>(580.211)</u>
Total ativo financeiro	<u>1.523.096</u>	<u>12.938</u>	<u>639</u>	<u>(231)</u>	<u>1.536.442</u>

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

- (a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário.
- (b) Representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica. As obrigações especiais são calculadas com base na participação da fonte de recurso, a saber: i) Os recursos da União são calculados pelo percentual estabelecido no contrato; e ii) Os demais recursos se enquadram na resolução 414/2010 da ANEEL.

## 11 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

		<b>31/03/2019</b>			
	<b>Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)</b>	<b>Custo</b>	<b>Amortização</b>	<b>(-) Obrigações vinculadas à concessão</b>	<b>Valor líquido</b>
Em serviço	4,25%	4.332.114	(2.038.960)	(696.467)	1.596.687
Total		<u>4.332.114</u>	<u>(2.038.960)</u>	<u>(696.467)</u>	<u>1.596.687</u>
		<b>31/12/2018</b>			
	<b>Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)</b>	<b>Custo</b>	<b>Amortização</b>	<b>(-) Obrigações vinculadas à concessão</b>	<b>Valor líquido</b>
Em serviço	4,25%	4.320.956	(1.982.399)	(712.999)	1.625.558
Total		<u>4.320.956</u>	<u>(1.982.399)</u>	<u>(712.999)</u>	<u>1.625.558</u>

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até agosto de 2030, conforme ICPC 01(R1). Com a adoção da ICPC 01 (R1), o valor de amortizações de ativos fixos tangíveis das concessões e os correspondentes subsídios foram reclassificados para a rubrica de Amortização de Intangíveis das Concessões - ICPC 01 (R1).

### *Movimentação do ativo intangível*

	<b>31/12/2018</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Capitalização/ transferência (a)</b>	<b>31/03/2019</b>
Em serviço	4.320.956	-	(5.229)	16.387	4.332.114
(-) Amortização	<u>(1.982.399)</u>	<u>(59.863)</u>	<u>3.302</u>	-	<u>(2.038.960)</u>
Total em serviço	<u>2.338.557</u>	<u>(59.863)</u>	<u>(1.927)</u>	<u>16.387</u>	<u>2.293.154</u>
Obrigações especiais (b)	(1.180.781)	-	-	1.627	(1.179.154)
(-) Amortização	<u>467.782</u>	<u>14.905</u>	-	-	<u>482.687</u>
Total em obrigações especiais	<u>(712.999)</u>	<u>14.905</u>	-	<u>1.627</u>	<u>(696.467)</u>
Total	<u>1.625.558</u>	<u>(44.958)</u>	<u>(1.927)</u>	<u>18.014</u>	<u>1.596.687</u>

- (a) Capitalizações correspondem às transferências do intangível em curso para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão. Os Juros sobre Obras em Andamento - JOA, para os financiamentos contraídos, os valores de juros, variações monetárias e as variações cambiais incorridos até o ativo iniciar suas atividades devem fazer parte do custo histórico do ativo, sendo que esses custos somente poderão ser ativados limitado ao WACC regulatório (ou incorrido se for menor que WACC regulatório). No exercício findo em 31 de março de 2019 o valor do JOA foi de R\$ 0 (R\$ 3.260 em 31 de dezembro de 2018); e
- (b) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

## 12 Ativos contratuais

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão.

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

O ativo de contrato está constituído conforme a seguir demonstrado:

	<b>31/03/2019</b>		
	<b>Custo</b>	<b>(-) Obrigações vinculadas à Concessão</b>	<b>Valor líquido</b>
Ativo contratual	413.229	(131.683)	281.546
Total	413.229	(131.683)	281.546
	<b>31/12/2018</b>		
	<b>Custo</b>	<b>(-) Obrigações vinculadas à Concessão</b>	<b>Valor líquido</b>
Ativo contratual	351.951	(131.559)	220.392
Total	351.951	(131.559)	220.392

### Movimentação do ativo de contrato

	31/12/2018	Adições	Capitalização/ transferência (a)	31/03/2019
Ativo contratual	351.951	79.931	(18.653)	413.229
Total do ativo contratual	351.951	79.931	(18.653)	413.229
Obrigações especiais (b)	(131.559)	(124)	-	(131.683)
Total em obrigações especiais	(131.559)	(124)	-	(131.683)
Total	<u>220.392</u>	<u>79.807</u>	<u>(18.653)</u>	<u>281.546</u>

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, nenhuma perda esperada foi registrada no período findo de 31 de março de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Os valores dos bens em construção estão sujeitos a fiscalização da ANEEL.

- (a) Vide nota explicativa nº11 (a);  
(b) Vide nota explicativa nº11 (b);

## 13 Fornecedores

	31/03/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>		
Suprimento de energia elétrica (a)	229.699	159.559
Encargos de uso da rede elétrica	22.267	21.355
Materiais e serviços	116.068	108.443
Total circulante	<u>368.034</u>	<u>289.357</u>
<b>Não circulante</b>		
Encargos de uso da rede elétrica	6.879	6.879
Materiais e serviços	6.787	6.840
Total não circulante	<u>13.666</u>	<u>13.719</u>
Total fornecedores	<u>381.700</u>	<u>303.076</u>

- (a) No período findo em 31 de março de 2019, houve o aumento dos custos da operação do efeito disponibilidade e da exposição financeira, resultantes dos custos repassados às distribuidoras para atendimento do mercado. As despesas com os contratos de energia tiveram preço médio maior em relação a dezembro de 2018, em virtude de uma maior despesa com a parcela variável das térmicas.



## 14 Empréstimos e financiamentos

### Composição do saldo

	Custo médio da dívida (%a.a.)	Garantias	31/03/2019		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
<b>Moeda nacional</b>					
Eletrobrás	12,19%	Recebíveis	24.640	88.950	113.590
IBM	7,39%	-	366	-	366
BNDES	8,49%	Aval do Controlador + Recebíveis + Aplicação	166.590	584.611	751.201
Banco do Brasil	4,50%	Aval do Controlador + Alienação Fiduciária	1.940	692	2.632
Sudene	7,00%	Aval do Controlador + Fiança	7.318	16.974	24.292
Caixa	6,00%	Aval do Controlador + Recebíveis + Aplicação	2.799	15.238	18.037
Finep	4,00%	Aval do Controlador + Recebíveis	683	-	683
Votorantim	4,50%	Aval do Controlador + Alienação Fiduciária	429	32	461
Nota promissória (a)	6,72%	-	-	543.732	543.732
Subtotal	8,05%		204.765	1.250.229	1.454.994
(-) Custo de captação			(928)	(2.141)	(3.069)
Total moeda nacional	8,07%		203.837	1.248.088	1.451.925
Total			203.837	1.248.088	1.451.925
<b>31/12/2018</b>					
<b>Principal e encargos</b>					
	Custo médio da dívida (% a.a.)	Garantias	Circulante	Não circulante	Total
<b>Moeda nacional</b>					
Eletrobrás	11,44%	Recebíveis	24.990	91.809	116.799
IBM	7,47%	-	527	-	527
BNDES	7,88%	Aval do Controlador + Recebíveis + Aplicação	165.635	472.171	637.806
Banco do Brasil	4,50%	Aval do Controlador + Alienação Fiduciária	1.930	1.173	3.103
Caixa	6,00%	Aval do Controlador + Recebíveis + Aplicação	2.801	15.920	18.721
Finep	4,00%	Aval do Controlador + Recebíveis	646	160	806
Sudene	7,00%	Aval do Controlador + Fiança	6.911	16.974	23.885
Nota promissória (a)	6,81%	-	-	535.146	535.146
Votorantim	4,50%	Aval do Controlador + Alienação Fiduciária	454	125	579
Subtotal			203.894	1.133.478	1.337.372
(-) Custo de captação			(926)	(2.372)	(3.298)
Total moeda nacional			202.968	1.131.106	1.334.074
Total empréstimos e financiamentos			202.968	1.131.106	1.334.074

- (a) Recursos captados, no montante de R\$ 500.000, em uma série, que destina-se a gestão ordinária da Companhia, com o objetivo de cobrir a necessidade de capital de giro. Nota promissória contratada com taxa 106% CDI com amortização *bullet*, com vencimento em 29 de janeiro de 2021. Em 31 de março de 2019 o saldo remanescente é de R\$ 543.732 (R\$ 535.146 em 31 de dezembro de 2018) e a taxa efetiva dessa operação é de 6,72% a.a. (6,81% 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de março de 2019 os valores em empréstimos e financiamentos possuem um custo médio de 8,05% a.a., equivalente a 127,0% do CDI (de 7,71% a.a., equivalente a 120,0% do CDI, em 31 de dezembro de 2018).

**Cronograma de amortização da dívida**

Em 31 de março de 2019, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<b>Vencimento</b>	<b>31/03/2019</b>	
	<b>Valor</b>	<b>%</b>
Circulante	203.837	14%
2020	146.356	10%
2021	688.201	47%
2022	136.536	9%
2023	117.200	8%
Após 2023	161.936	11%
Subtotal	1.250.229	86%
Custo de captação (Não circulante)	(2.141)	0%
Não circulante	1.248.088	86%
Total	1.451.925	100%

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	<b>Moeda nacional</b>		
	<b>Passivo circulante</b>	<b>Passivo não circulante</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	202.968	1.131.106	1.334.074
Ingressos	-	150.000	150.000
Encargos	11.991	9.885	21.876
Variação monetária e cambial	3.146	2.135	5.281
Transferências	45.270	(45.270)	-
Amortizações de principal	(48.729)	-	(48.729)
Pagamentos de juros	(10.806)	-	(10.806)
Custo de captação	229	-	229
Transferências de transação	(232)	232	-
Saldos em 31 de março de 2019	203.837	1.248.088	1.451.925

**Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias financeiras (real e fidejussória) e *covenants*, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. No período de três meses findo em 31 de março de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos com o BNDES e da 1ª Emissão de Nota Promissória.

**Covenants Notas Promissórias**

**1ª NP**

1º Dívida líquida/EBITDA : <=3,25	0,8
2º EBITDA /Despesa financeira líquida: >=1,5	27,1

## 15 Debêntures

A movimentação das debêntures do exercício está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	170.629	870.158	1.040.787
Encargos	15.868	-	15.868
Pagamento de juros	(16.326)	-	(16.326)
Variação monetária	960	4.461	5.421
Custo de captação	20	486	506
Saldos em 31 de março de 2019	171.151	875.105	1.046.256

### Quarta emissão de debêntures

Em 22 de setembro de 2012, encerrou-se a distribuição pública da 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados, no montante de R\$ 280.000, dividido em duas séries de R\$ 101.380 e R\$ 178.620, destinaram-se aos pagamentos das dívidas, recomposição de caixa e capital de giro da Companhia. Debêntures contratada com taxa na 1ª série de CDI + 1,08% a.a. e 2ª série com IPCA + 5,90% a.a. com amortizações anuais da 1ª e 2ª série (primeira amortização ocorrida em 22 de junho de 2016) com seus respectivos vencimentos em 21 de junho de 2018 e 21 de junho de 2020. Em 31 de março de 2019 o saldo remanescente é de R\$ 184.013 (R\$ 179.498 em 31 de dezembro de 2018) e a taxa efetiva dessa operação é de 10,75% a.a. (10,18% a.a. em 31 de dezembro de 2018).

### Sexta emissão de debêntures

Em 27 de outubro de 2014, encerrou-se a distribuição pública da 6ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados, no montante de R\$ 200.000 em uma única série, destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia. Debêntures contratada com taxa 113,2% CDI, primeira amortização ocorreu em 13 de outubro de 2017 com vencimento em 14 de outubro de 2019. Em 31 de março de 2019 o saldo remanescente é de R\$ 68.813 (R\$ 67.653 em 31 de dezembro de 2018) e a taxa efetiva dessa operação é 7,18 % a.a. (7,27% a.a. em 31 de dezembro de 2018).

### Sétima emissão de debêntures

Em 01 de novembro de 2016 encerrou-se a distribuição pública da 7ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados, no montante de R\$ 270.000, dividido em duas séries de R\$ 155.000 e R\$ 115.000, destinaram-se, exclusivamente para implementação do programa de investimentos da Companhia. Debêntures contratada com taxa na 1ª série de IPCA + 5,48% a.a. e 2ª série com IPCA + 5,54% a.a. com amortização *bullet* e seus respectivos vencimentos em 15 de outubro de 2021 e 15 de outubro de 2023. Em 31 de março de 2019 o saldo remanescente é de R\$ 299.995 (R\$ 292.589 em 31 de dezembro de 2018) e a taxa efetiva dessa operação é de 10,33% a.a. (7,99% a.a. em 31 de dezembro de 2018).

### Oitava emissão de debêntures

Em 13 de outubro de 2017 encerrou-se a distribuição pública da 8ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados, no montante de R\$ 500.000, em uma série, destinaram-se a gestão ordinária da Companhia, com o objetivo de cobrir a necessidade de Capital de Giro. Debêntures contratada com taxa 107% CDI com amortização *bullet*, com vencimento em 15 de setembro de 2022. Em 31 de março de 2019 o saldo remanescente é de R\$ 501.319 (R\$ 509.437 em 31 de dezembro de 2018) e a taxa efetiva dessa operação é de 6,78% a.a. (6,87% a.a. em 31 de dezembro de 2018).

### Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

	<u>31/03/2019</u>	
	<b>Valor</b>	<b>%</b>
Vencimento		
Circulante	<u>171.151</u>	<u>16%</u>
2020	88.068	8%
2021	168.130	16%
2022	500.000	48%
2023	124.741	12%
Após 2023	<u>-</u>	<u>0%</u>
Não circulante	<u>880.939</u>	<u>84%</u>
Custo de captação - Não circulante	<u>(5.834)</u>	<u>-1%</u>
Total não circulante	<u>875.105</u>	<u>84%</u>
Total	<u><u>1.046.256</u></u>	<u><u>100%</u></u>

### Covenants

As debêntures contratadas pela Companhia possuem *covenants* e garantias financeiras (quirografárias), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. No período findo em 31 de março de 2019, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

<b>Covenants debêntures</b>	<b>4ª debêntures</b>	<b>6ª debêntures (a)</b>	<b>7ª debêntures</b>	<b>8ª debêntures</b>
1º Dívida líquida/ EBITDA: <=3,25	0,8	0,8	0,8	0,8
2º EBITDA /Despesa financeira líquida: >=1,5	27,1	N/A	27,1	27,1

## 16 Impostos e contribuições a recolher

	<b>31/03/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Circulante		
ICMS	69.237	73.107
PIS e COFINS	16.141	21.595
Encargos sociais e outros	4.036	4.563
ISSQN (a)	2.145	3.481
	91.559	102.746
Não circulante		
ISSQN (a)	2.807	2.713
	2.807	2.713
Total	94.366	105.459

(a) Os valores registrados são referentes a ISSQN retidos de terceiros e provisão de ISSQN sobre serviços taxados.

## 17 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e imposto de renda sobre prejuízos fiscais, considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Dessa forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

### 17.1 Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos

#### (i) Composição dos tributos diferidos

	<b>31/03/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
IRPJ prejuízos fiscais	61.635	71.969
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	(388.479)	(382.557)
Total tributos diferidos	(326.844)	(310.588)

(ii) **Composição do IRPJ e da CSLL sobre diferenças temporárias**

	<b>31/03/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Provisão para contingências	41.811	41.937
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	36.693	32.631
Depreciação acelerada	(406.969)	(405.877)
Custo de captação e atualização do ativo financeiro	(58.824)	(54.675)
Outras despesas não dedutíveis	(1.190)	3.427
Total diferenças temporárias	(388.479)	(382.557)

**17.2 Expectativa de recuperação**

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2020, conforme demonstrado abaixo:

<b>Expectativa de realização</b>	<b>R\$</b>
Impostos diferidos a realizar a 2019	51.190
Impostos diferidos a realizar a 2020	20.779
= Estudo técnico anual aprovado pelo Conselho Fiscal (*)	71.969
(-) Impostos diferidos realizados durante o 1º trimestre de 2019	(10.334)
= <u>Saldo a realizar de impostos diferidos em 31 de março de 2019</u>	61.635

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava o valor de R\$ 71.969, o qual foi utilizado R\$ 10.334 no primeiro trimestre de 2019 de imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, apresentando saldo de R\$ 61.635 a realizar de impostos diferidos, no período findo em 31 de março de 2019 (R\$ 58.530 em 31 de dezembro de 2018), pois está realizando o benefício fiscal SUDENE de redução de 75% do IRPJ cuja vigência é até 2027.

O estudo técnico de viabilidade, que inclui a recuperação dos impostos diferidos, é revisado anualmente, foi elaborado pela Companhia, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2019 referente aos saldos em aberto em 31 de dezembro de 2018.

(\*) Informações elaboradas e aprovadas anualmente pelo Conselho Fiscal.

### 17.3 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos de 31 de março de 2019 e de 31 de março de 2018, está demonstrada conforme a seguir:

	31/03/2019		31/03/2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	155.637	155.637	103.210	103.210
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	38.909	14.007	25.802	9.289
Adições:				
Provisão para contingências	30.583	11.010	23.318	8.394
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	28.612	10.300	35.069	12.625
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	2.762	994	4.602	1.657
Provisão para recuperação de ativos	4.254	1.531	4.254	1.531
Custo de Captação e atualização do ativo financeiro	1.767	636	3.599	1.296
Depreciação acelerada	5.818	-	-	-
Outras provisões	5.979	2.152	7.570	2.762
	<u>79.775</u>	<u>26.623</u>	<u>78.412</u>	<u>28.265</u>
Exclusões:				
Provisão para contingências	(30.676)	(11.043)	(22.646)	(8.152)
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	(25.626)	(9.225)	(35.010)	(12.604)
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	(6.028)	(2.170)	(8.344)	(3.004)
Provisão para recuperação de ativos	(4.254)	(1.531)	(530)	(191)
Custo de Captação e atualização do ativo financeiro	(4.818)	(1.734)	(3.893)	(1.401)
Depreciação acelerada	(6.909)	-	(8.303)	-
Outras provisões	(5.928)	(2.134)	(7.296)	(2.627)
	<u>(84.239)</u>	<u>(27.837)</u>	<u>(86.022)</u>	<u>(27.979)</u>
IRPJ e CSLL	<u>34.445</u>	<u>12.793</u>	<u>18.192</u>	<u>9.575</u>
Compensação base negativa de CSLL	(10.333)	-	-	-
Incentivo PAT	(494)	-	(459)	-
Despesa IRPJ anos anteriores	(64)	-	-	(432)
IRPJ e CSLL no resultado do período	<u>23.254</u>	<u>12.793</u>	<u>17.733</u>	<u>9.143</u>
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL diferidos)	<u>15%</u>	<u>8%</u>	<u>17%</u>	<u>9%</u>
Ativo fiscal diferido	14.976	1.279	9.149	(162)
(+) IRPJ subvenção governamental	(23.554)	-	(17.733)	-
IRPJ e CSLL no resultado do período	<u>14.976</u>	<u>14.072</u>	<u>9.149</u>	<u>8.981</u>
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	<u>10%</u>	<u>9%</u>	<u>9%</u>	<u>9%</u>

Em 31 de março de 2019, o valor do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração foi de R\$ 33.883 (R\$ 23.643 em 31 de março de 2018).

## 18 Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	31/03/2019		31/12/2018	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis	53.259	6.640	55.367	5.823
Fiscais	45.246	48.780	42.861	37.757
Trabalhistas	17.927	8.522	18.710	8.420
Regulatórios	5.866	-	5.729	-
<b>Total contingências/ depósitos judiciais</b>	<b>122.298</b>	<b>63.942</b>	<b>122.667</b>	<b>52.000</b>
Circulante	28.192	2.382	21.920	2.076
Não circulante	94.106	61.560	100.747	49.924

### Movimentação dos processos no período

	31/12/2018		31/03/2019			Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	
Cíveis	55.367	8.084	(8.630)	(2.052)	490	53.259
Fiscais	42.861	2.384	-	-	1	45.246
Trabalhistas	18.710	61	-	(409)	(435)	17.927
Regulatórios	5.729	-	-	-	137	5.866
<b>Total contingências</b>	<b>122.667</b>	<b>10.529</b>	<b>(8.630)</b>	<b>(2.461)</b>	<b>193</b>	<b>122.298</b>

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais.
- (2) Reversões realizadas no exercício.
- (3) Atualizações monetárias.

### Cíveis

A Companhia figura como ré em 15.504 processos cíveis em 31 de março de 2019 (14.256 processos em 31 de dezembro de 2018), sendo que 8.174 tramitam em Juizados Especiais (7.957 processos em 31 de dezembro de 2018), os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Além dos processos provisionados, existem outros processos cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de março de 2019 é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica da CEMAR e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 98.660 (R\$ 97.405 em 31 de dezembro de 2018) para as quais não foi constituída provisão, os processos que fomentaram o aumento deste montante foram de incêndio, servidão de passagem, acidentes com terceiros, morte por eletroplessão (por descarga elétrica).



<b>Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)</b>	<b>31/03/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Falha no fornecimento	8.458	8.671
Morte por eletroplessão	12.289	13.483
Cobrança indevida	7.031	6.797
Fraude questionada	8.728	8.295
Corte indevido	4.871	4.752
Acidente com terceiros	2.138	3.387
Falha no atendimento	2.540	2.518
Quebra de contrato	2.610	2.587
Outras	4.594	4.877
	<hr/>	<hr/>
Total	53.259	55.367

<b>Contingências cíveis (prognóstico possível de perda)</b>	<b>31/03/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Falha no fornecimento	6.839	6.566
Morte por eletroplessão	7.536	6.956
Acidente com terceiros	3.939	3.705
Quebra de contrato	37.961	37.961
Incêndio	27.710	27.710
Portaria do DNAEE	10.255	10.255
Outras	4.420	4.252
	<hr/>	<hr/>
Total	98.660	97.405

### **Fiscais**

A Companhia figura como ré em 141 processos fiscais em 31 de março de 2019 (129 processos em 31 de dezembro de 2018), no entanto, existem outros processos cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica da CEMAR e seus assessores legais externos, como possível no montante de R\$ 29.382 (R\$ 29.382 em 31 de dezembro de 2018) para as quais não foi constituída provisão.

<b>Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)</b>	<b>31/03/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
PIS/COFINS	45.162	42.777
Outras	84	84
	<hr/>	<hr/>
Total	45.246	42.861

<b>Contingências fiscais (prognóstico possível de perda)</b>	<b>31/03/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
PIS/COFINS	28.208	28.208
Outras	1.174	1.174
	<hr/>	<hr/>
Total	29.382	29.382

### **Trabalhistas**

O passivo trabalhista em 31 de março de 2019 é composto por 474 reclamações ajuizadas (466 reclamações em 31 de dezembro de 2018) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, estabilidade CIPA, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Além dos processos provisionados, existem outros processos trabalhistas, cuja possibilidade de perda em 31 de março de 2019 é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 11.570 (R\$ 11.569 em 31 de dezembro de 2018) para as quais não foram constituídas provisões.

<b>Contingências trabalhista (prognóstico provável de perda)</b>	<b>31/03/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Hora extra	3.779	4.112
Responsabilidade subsidiária	2.992	3.050
Acidente de trabalho	3.361	3.585
Doença ocupacional/profissional	2.434	2.364
Reintegração no emprego	1.846	1.825
Estabilidade provisória	1.247	1.467
Outras	2.268	2.307
	<hr/>	<hr/>
Total	17.927	18.710
	<hr/>	<hr/>
<b>Contingências trabalhista (prognóstico possível de perda)</b>	<b>31/03/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Hora extra	315	315
Responsabilidade subsidiária	275	275
Acidente de trabalho	80	80
Doença ocupacional/profissional	250	250
Outras	100	10.649
	<hr/>	<hr/>
Total	11.570	11.569
	<hr/>	<hr/>

### **Regulatórios**

O valor de R\$ 5.866 (R\$ 5.729 em 31 de dezembro de 2018) corresponde a prováveis penalidades a serem aplicadas contra a CEMAR, referente a Termos de Notificação e Auto de Infração da ANEEL, bem como penalidade de Medição de fronteira na CCEE.

## **19 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores**

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal - STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia, que também obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia constituiu: ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 768.338, passivo de R\$ 584.985 relativo ao ressarcimento a seus consumidores. O efeito líquido com impacto no resultado de R\$ 183.313 é segregado em R\$ 77.177 como dedução da receita bruta referente a PIS/COFINS e R\$ 98.685 como receita financeira, onde também incidiu PIS/COFINS de R\$ 4.589. Em 31 de março de 2019, a Companhia efetuou complemento dos saldos constituídos devido ao ICMS excluído da base de cálculo de PIS/COFINS no 1º trimestre de 2019, bem como à sua atualização: ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 11.889, passivo de R\$ 4.398 relativo ao ressarcimento a seus consumidores, R\$ 6.631 como dedução da receita bruta referente a PIS/COFINS, e R\$ 861 como receita financeira, onde incidiu PIS/COFINS de R\$ 40.

O ativo contempla créditos com a receita federal desde o ingresso com a ação, e o passivo foi constituído considerando que a Companhia repassa aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica dos últimos 10 anos. A restituição aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito, em uma expectativa de prazo de aproximadamente 46 meses.

	<b>31/03/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Ativo</b>		
PIS/COFINS consumidores a restituir	768.338	756.449
<b>Passivo</b>		
PIS/COFINS consumidores a restituir	584.985	580.587
<b>Resultado</b>		
<b>(-) Deduções da receita</b>		
PIS/COFINS consumidores a restituir	6.631	77.177
<b>(+) Receita financeira</b>		
PIS/COFINS consumidores a restituir	861	98.685
(-) PIS/COFINS sobre a receita financeira	(40)	(4.589)
<b>Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>7.451</b>	<b>171.273</b>

## 20 Patrimônio líquido

### 20.1 Capital social

O capital subscrito em 31 de março de 2019 é de R\$ 1.146.557 (R\$ 1.146.557 em 31 de dezembro de 2018) sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas Classe A	Ações preferenciais nominativas Classe B	Total	%
Equatorial Energia	105.120.627	768.695	1.008.683	106.898.005	65,11%
Eletrobrás	54.017.048	459.387	609.069	55.085.504	33,55%
Outros	2.181.264	11.149	7.977	2.200.390	1,34%
<b>Total</b>	<b>161.318.939</b>	<b>1.239.231</b>	<b>1.625.729</b>	<b>164.183.899</b>	<b>100%</b>

Não houve mudanças na quantidade de ações no período corrente em relação ao exercício anterior. Não há ações mantidas pela Companhia em tesouraria.

De acordo com o estatuto social, a Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 1.500.000 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), mediante a emissão de novas ações ordinárias, cuja a quantidade não é prevista em estatuto. Dentro do limite do capital autorizado e das espécies e classes das ações existentes, independente de reforma estatutária, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações para aumento de capital social da Companhia. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em quaisquer emissões de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja alocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do art. 172 da lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

As ações preferenciais, com exceção das emitidas até 31 de dezembro de 1996, são inconversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade de reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido, no caso de liquidação da Companhia, tendo prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 6% (seis por cento) a.a. para as de classe “A” e 10% (dez por cento) a.a. para as de classe “B”, calculados sobre o seu valor patrimonial antes da apropriação do resultado do período a que se referir o dividendo. Não há outros direitos, restrições na distribuição de dividendos ou em reembolso de capital.

## 21 Receita operacional

Em 31 de março de 2019 e 2018, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é conforme demonstrada a seguir:

	<b>31/03/2019</b>		
	<b>Nº de consumidores</b>	<b>MWh</b>	<b>R\$</b>
Residencial (a)	1.634.498	583.527	627.962
Industrial	7.757	50.824	39.205
Comercial	147.164	238.682	198.820
Rural	60.169	40.154	23.433
Poder público	24.436	88.497	68.795
Iluminação pública	1.149	100.810	48.919
Serviço público	6.916	79.123	45.611
Consumo próprio	299	2.194	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	111	100.584	15.846
Suprimento CCEE	-	-	4.732
Baixa renda (a)	620.634	196.352	49.516
Subvenção CDE - Outros	-	-	24.322
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	627.962
Receita de construção	-	-	(5.318)
Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	-	79.932
Atualização do ativo financeiro	-	-	-
Outras	-	-	(4.780)
	-	-	12.938
	-	-	11.760
<b>Total receita operacional</b>	<b>2.503.133</b>	<b>1.480.747</b>	<b>1.241.693</b>
	<b>31/03/2018</b>		
	<b>Nº de consumidores</b>	<b>MWh</b>	<b>R\$</b>
Residencial	1.444.489	529.581	510.729
Industrial	8.059	62.085	35.625
Comercial	155.608	245.821	170.780
Rural	60.986	37.864	17.672
Poder público	23.851	88.792	56.297
Iluminação pública	1.112	103.491	42.334
Serviço público	6.835	71.845	34.582
Consumo próprio	311	2.204	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	82	81.632	7.996
Suprimento CCEE	-	-	168.323
Baixa renda	750.727	233.641	52.938
Subvenção CDE - Outros	-	-	19.060
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	(3.256)
Receita de construção	-	-	70.310
Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	-	32.411
Atualização do ativo financeiro	-	-	2.004
Outras	-	-	13.091
<b>Total</b>	<b>2.452.060</b>	<b>1.456.956</b>	<b>1.230.896</b>

- (a) Durante o exercício de 2018 a ANEEL enviou para a Companhia bases atualizadas dos beneficiários do programa baixa renda, onde vários consumidores perderam o direito ao benefício, migrando para a classe residencial, justificando a variação entre os períodos.

## 22 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está conforme a seguir demonstrada:

	<b>31/03/2019</b>	<b>31/03/2018</b>
Fornecimento de energia elétrica	1.116.485	969.172
Receita de distribuição	1.055.286	894.573
Remuneração financeira WACC	41.657	23.128
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (a)	(4.780)	32.411
Subvenção CDE - Outros	24.322	19.060
Suprimento de energia elétrica (b)	4.732	168.323
Receita pela disponibilidade - uso da rede (c)	15.846	7.996
Receita de construção (d)	79.932	70.310
Atualização do ativo financeiro	12.938	2.004
Outras receitas	11.760	13.091
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>1.241.693</b>	<b>1.230.896</b>
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(210.555)	(177.555)
PIS e COFINS	(101.013)	(81.865)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores (e)	6.631	-
Encargos do consumidor	(8.842)	(9.375)
ISS	(310)	(386)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(53.210)	(52.446)
Penalidades DIC/FIC e outras	(3.419)	(2.694)
<b>Deduções da receita operacional</b>	<b>(370.718)</b>	<b>(324.321)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>870.975</b>	<b>906.575</b>

- (a) Apesar do aumento de R\$ 13.517 nas receitas de constituições, ocorreu também aumento de R\$ 50.708 nas despesas de amortizações, quando comparados com o mesmo período de 2018. O crescimento das despesas de amortizações decorreu dos financeiros recebidos no reajuste do exercício de 2018, como risco hidrológico no valor R\$ 75.324 e aumento no recebimento do valor da Parcela A, cujo montante gira em torno de R\$ 291.924. Destaca-se como fatores que contribuíram para a redução nas constituições: o aumento da cobertura da CVA de energia no reajuste de 2018, motivada pelo aumento do custo unitário da energia proveniente de fontes nova e alternativa, e dos contratos de cotas de garantia física, cujas novas receitas anuais de geração foram homologadas pela Resolução Homologatória 2.421/2018;
- (b) A variação refere-se às operações de venda de energia no Mercado de Curto Prazo e do Preço de Liquidação das diferenças - PLD. Ressalta-se que no período findo em 31 de março de 2019, o PLD atingiu o patamar de R\$ 84,73 no mês de janeiro de 2019. Na competência janeiro/19 operacionalizou maior volume de venda no mercado no MCP. Adicionalmente, no exercício de 2018 houve uma elevação da receita em virtude do efeito das contabilizações do MCSD de Energia Nova;
- (c) A variação está relacionada com o aumento da migração do número de clientes do ambiente cativo para o ambiente livre, elevando consideravelmente a receita do período de 2019 em relação ao mesmo período do exercício anterior;
- (d) A variação do exercício é decorrente da queda no volume de investimentos da Companhia em comparação ao ao mesmo período do exercício anterior; e
- (e) O saldo de R\$ 6.631 em 31 de março de 2019 incluído em deduções da receita está conforme explicado na nota explicativa nº 19.

## 23 Custo do serviço e despesas operacionais

31/03/2019					
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Perdas esperada por redução ao valor recuperável	Total
Pessoal	7.712	5.977	16.841	-	30.530
Material	1.520	113	383	-	2.016
Serviços de terceiros	25.425	34.721	18.630	-	78.776
Energia elétrica comprada para revenda	379.411	-	-	-	379.411
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	52.776	-	-	-	52.776
Custo de construção	79.932	-	-	-	79.932
Perdas esperada por redução ao valor recuperável comerciais	-	-	-	26.884	26.884
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	-	-	6.296	-	6.296
Amortização	36.471	-	8.487	-	44.958
Arrendamento e aluguéis	368	515	601	-	1.484
Outros	(241)	337	368	-	464
<b>Total</b>	<b>583.374</b>	<b>41.663</b>	<b>51.606</b>	<b>26.884</b>	<b>703.527</b>

  

31/03/2018					
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Perdas esperada por redução ao valor recuperável	Total
Pessoal	9.775	6.927	13.073	-	29.775
Material	1.689	204	217	-	2.110
Serviços de terceiros	28.529	31.587	14.048	-	74.164
Energia elétrica comprada para revenda	462.504	-	-	-	462.504
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	64.144	-	-	-	64.144
Custo de construção	70.310	-	-	-	70.310
Perdas esperada por redução ao valor recuperável	-	-	-	26.844	26.844
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	-	-	5.448	-	5.448
Amortização	33.705	-	9.338	-	43.043
Arrendamento e aluguéis	410	601	54	-	1.065
Subvenção CCC	-	-	-	-	-
Outros	369	312	(315)	-	366
<b>Total</b>	<b>671.435</b>	<b>39.631</b>	<b>41.863</b>	<b>26.844</b>	<b>779.773</b>

## 24 Energia elétrica comprada para revenda

	GWh		R\$	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Energia de leilão (a)	1.219	1.219	252.200	393.315
Contratos Eletronuclear	52	50	12.001	12.651
Contratos cotas de garantias	449	488	48.532	45.482
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (b)	-	-	(5.553)	3.136
Energia de curto prazo - CCEE (c)	-	-	101.381	38.449
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	34	34	12.299	10.388
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(41.449)	(40.917)
Subtotal	1.754	1.791	379.411	462.504
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (d)	-	-	52.776	64.144
Total	1.754	1.791	432.187	526.648

- (a) A variação refere-se aos custos com contratos de compra de energia, incluindo os de Eletronuclear e cotas de garantia física no ambiente regulado, que tiveram uma redução no volume contratado de 2,1% em relação ao exercício anterior. Considerando apenas a despesas com os contratos, o preço médio pago no exercício de 2019 reduziu em 1,48% em relação ao que foi pago no mesmo período de 2018, devido a menores despesas com o MCSD energia nova uma maior parcela variável de pagamento. Cabe ressaltar que a despesa apresentada no item Energia Leilão em 2018 está considerando o efeito das contabilizações do MCSD Energia Nova no valor de R\$ 125 milhões, o qual não ocorreu em 2019, resultando em redução de despesa.
- (b) A Despesa com ESS no 1º trimestre de 2018 foi maior, se comparado com o mesmo período de 2019, em função do Custo com Energia de Reserva no valor de R\$ 5.425 milhões. Outro Fator que contribuiu para essa redução em 2019 foi restituição de despesa a título de alívio, no valor de R\$ 11.918.
- (c) A variação ocorrida na Energia de Curto Prazo - CCEE é em virtude das operações de compra de energia no MCP e do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD ocorridas em 2019. Pois, devido ao nível de cobertura contratual, em 2018 aconteceu somente a operação de venda no mercado de curto prazo. Com isso, a despesa na energia comprada para revenda em 2019 (com operação de compra no MCP) é maior que no mesmo período de 2018.
- (d) Contempla os custos com Encargos de Uso e Conexão do sistema de transmissão. Estes custos sofreram uma redução em comparação com o período anterior, em decorrência das novas tarifas aprovadas na nova resolução RAP de nº 2.405 de 19 de junho de 2018, relacionadas à Rede Básica e Conexão que tiveram uma redução de 22% em relação a resolução anterior, incorporadas ao reajuste tarifário anual de 2018.

## 25 Resultado financeiro líquido

	31/03/2019	31/03/2018
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendas financeiras	20.354	27.900
Valores a receber/devolver parcela A	6.421	5.943
Acréscimo moratório de energia vendida	23.569	22.172
PIS/COFINS sobre receita financeira	(2.385)	(2.611)
Juros ativos	-	4
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores (a)	861	-
Outras receitas financeiras	93	1.155
	<u>48.913</u>	<u>54.563</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Valores a receber/devolver parcela A	(3.020)	(2.502)
Variação monetária e cambial da dívida	(10.702)	(11.306)
Encargos da dívida	(37.744)	(47.097)
Atualização de eficientização e contingências	(1.215)	(1.948)
Despesa financeira de AVP	(11)	(40)
Juros, multas s/ operação de energia	(27)	(101)
Descontos concedidos	(1.509)	(2.519)
Outras despesas financeiras	(2.906)	(3.923)
	<u>(57.134)</u>	<u>(69.436)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(8.221)</u>	<u>(14.873)</u>

(a) O saldo de R\$ 861 em 31 de março de 2019, está incluso em receita financeira é explicado na nota explicativa nº 19.

## 26 Instrumentos financeiros

### 26.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre LAJIDA ajustado<sup>1</sup> (DL/LAJIDA Ajustado) e dívida líquida sobre a dívida líquida somada ao patrimônio líquido (DL/DL+PL).

<sup>1</sup> O LAJIDA Ajustado é calculado por meio do LAJIDA acrescido ou reduzido por itens que entendemos como não recorrentes ou que não afetam a nossa geração de caixa, como perda/ganho na desativação de bens e direito.



## 26.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utiliza-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

## 26.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão identificados conforme a seguir:

		31/03/2019		31/12/2018	
Ativo	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	231.109	231.109	275.771	275.771
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	Valor justo por meio do resultado	1.283.619	1.283.619	945.165	945.165
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	1.054.962	1.054.962	1.088.776	1.088.776
Ativo financeiro de concessão	Valor justo por meio do resultado	1.536.442	1.536.442	1.523.096	1.523.096
<b>Total do ativo</b>		<b>4.106.132</b>	<b>4.106.132</b>	<b>3.832.808</b>	<b>3.832.808</b>

  

		31/03/2019		31/12/2018	
Passivo	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	Custo amortizado	381.700	381.700	303.076	303.076
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	1.451.925	1.453.538	1.334.074	1.334.540
Debêntures	Custo amortizado	1.046.256	1.067.934	1.040.787	1.053.708
<b>Total do passivo</b>		<b>2.879.881</b>	<b>2.903.172</b>	<b>2.677.937</b>	<b>2.691.324</b>

- **Caixa e equivalente de caixa** - são classificados como custo amortizado.
- **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- **Ativo financeiro de concessão** - são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como custo amortizado.
- **Empréstimos e financiamentos** - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados.
- **Debêntures** - são classificadas como custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA.

#### **26.4 Gerenciamento dos riscos financeiros**

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da CEMAR define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo a que pertence são estabelecidos para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco das Companhias do Grupo, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial Energia S.A.

Para o período findo em 31 de março de 2019, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2018.

(i) **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência, é realizado anualmente *workshop* de cobrança para identificação dos principais grupos de inadimplentes e tomadas de decisões estratégicas para combatê-los. Periodicamente o comitê de cobrança acompanha a execução e eficiência de todas as decisões tomadas no *workshop*. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negatização de débitos e negociação das posições em aberto.

Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A Companhia possui bens ou outros ativos dados em garantia de suas operações para a obtenção de crédito, dentre os quais alienação fiduciária e percentual de recebíveis sobre a receita operacional líquida.

*Contas a receber*

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento do mercado e do Estado no qual os clientes estão localizados. Tendo em vista a atividade da Companhia, não há uma concentração relevante da receita em um grupo específico da carteira de clientes.

A Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de acordo com a classe consumidora, e após transcorrido esse prazo, o fornecimento de energia fica sujeito a corte, e o seu restabelecimento somente ocorre após regularização do débito.

A Companhia não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis.

A Companhia não tem contas a receber de clientes e ativos de contrato para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

Carteira de clientes da Companhia está representada da seguinte forma:

<b>Classe consumidora</b>	%	
	<b>31/03/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Residencial	61%	61%
Industrial	3%	3%
Comercial	11%	11%
Rural	3%	3%
Poder público	11%	10%
Iluminação pública	3%	3%
Serviço público	7%	9%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes à Contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota 6.2, incluindo o movimento na provisão para perdas por redução ao valor recuperável durante o exercício.

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes por classe consumidora estava assim apresentada:

<b>31/03/2019</b>					
<b>Classe consumidora</b>	<b>Consumidores faturados</b>	<b>Consumidores não faturados</b>	<b>Parcelamentos</b>	<b>Baixa renda e viva luz</b>	<b>Total</b>
Residencial	298.444	86.878	246.799	35.147	667.268
Industrial	18.321	4.088	8.539	-	30.948
Comercial	70.325	21.634	27.640	-	119.599
Rural	19.782	4.848	11.295	-	35.925
Poder público	67.695	8.631	42.452	-	118.778
Iluminação pública	14.937	298	21.420	-	36.655
Serviço público	33.754	6.781	39.815	-	80.350
<b>Total</b>	<b>523.258</b>	<b>133.158</b>	<b>397.960</b>	<b>35.147</b>	<b>1.089.523</b>
<b>31/12/2018</b>					
<b>Classe consumidora</b>	<b>Consumidores faturados</b>	<b>Consumidores não faturados</b>	<b>Parcelamentos</b>	<b>Baixa renda e viva luz</b>	<b>Total</b>
Residencial	308.718	88.952	243.076	39.102	679.848
Industrial	21.321	4.287	8.481	-	34.089
Comercial	77.406	22.591	27.800	-	127.797
Rural	22.089	4.965	10.269	-	37.323
Poder público	60.406	9.458	44.058	-	113.922
Iluminação pública	17.153	301	18.951	-	36.405
Serviço público	43.943	6.668	40.482	-	91.093
<b>Total</b>	<b>551.036</b>	<b>137.222</b>	<b>393.117</b>	<b>39.102</b>	<b>1.120.477</b>

*Caixa e equivalente de caixa*

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa de R\$ 1.514.728 em 31 de março de 2019 (R\$ 1.220.936 em 31 de dezembro de 2018). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão

*Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão*

A Administração da Companhia considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

**(ii) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 13 (Empréstimos e financiamentos) e 14 (Debêntures).

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez. A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo era de 4,0 em 31 de março de 2019 (3,3 em 31 de dezembro de 2018).

*Exposição ao risco de liquidez*

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>							
Empréstimos bancários com garantia	908.421	1.143.193	7.017	188.764	421.128	386.723	139.561
Empréstimos bancários sem garantia	366	396	-	396	-	-	-
Títulos de dívida emitidos sem garantia	543.138	633.587	-	-	633.587	-	-
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	1.451.925	1.777.176	7.017	189.160	1.054.715	386.723	139.561
Títulos de dívida emitidos sem garantia	1.046.256	1.343.872	-	224.236	409.781	709.855	-
Fornecedores	381.700	381.700	368.034	-	-	-	13.666
Total	2.879.881	3.502.748	375.051	413.396	1.464.496	1.096.578	153.227

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 14 e 15, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia.

**(iii) Riscos de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

**(iv) Risco de taxa de cambio**

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Parte do passivo financeiro da Companhia estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Atualmente, a Companhia não tem exposição ao câmbio na dívida conforme demonstrado a seguir:

Indexador	R\$ MM	Custo médio (a.a.)	Prazo final médio (mês/ano)	Prazo médio (em anos)	Part. (%)
IGP-M	106	8,6%	dez/23	6,2	4,5%
TJLP	325	9,3%	fev/23	2,0	13,0%
PRÉ-FIXADO	118	5,3%	fev/23	2,1	4,7%
TLP	151	9,8%	mai/30	6,6	6,0%
SELIC	200	11,6%	mar/24	2,6	8,0%
CDI	1.114	8,08%	set/21	2,5	44,5%
IPCA	484	10,1%	out/21	2,4	19,3%
<b>Moeda nacional</b>	<b>2.498</b>	<b>8,9%</b>	<b>outi/22</b>	<b>2,8</b>	<b>100,0%</b>
<b>Total</b>	<b>2.498</b>	<b>9%</b>	<b>-</b>	<b>2,8</b>	<b>100%</b>

Fonte: B3

A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A sensibilidade da dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

**(v) Risco de vencimento antecipado**

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 13 (Empréstimos e financiamentos) e 14 (Debêntures).

**(vi) Risco de taxa de juros**

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

A seguir é apresentado, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Foi incluído ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

<b>Risco do fluxo de caixa associado à taxa de juros</b>							
<b>Impacto no resultado</b>							
Operação	Risco	Saldo em RS (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV - 25%	Cenário V -50%
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras	CDI	1.478.613	1.574.427	1.596.923	1.619.419	1.551.931	1.529.436
<b>Impacto no resultado</b>			95.814	118.310	140.806	73.318	50.823
<b>Passivos financeiros</b>							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(1.114.230)	(1.186.432)	(1.275.586)	(1.220.336)	(1.169.480)	(1.152.528)
	SELIC	(199.520)	(212.529)	(228.591)	(218.635)	(209.476)	(206.422)
	TLP	(150.635)	(157.527)	(166.067)	(160.822)	(155.879)	(154.232)
	TJLP	(325.174)	(347.936)	(376.017)	(358.573)	(342.618)	(337.300)
	IGP-M	(106.458)	(109.927)	(114.237)	(111.607)	(109.087)	(108.247)
	IPCA	(484.008)	(502.350)	(525.111)	(511.186)	(497.932)	(493.514)
<b>Total passivos financeiros</b>		(2.380.025)	(2.516.702)	(2.685.607)	(2.581.160)	(2.484.473)	(2.452.243)
<b>Impacto no resultado</b>			(136.677)	(168.906)	(201.135)	(104.448)	(72.218)
<b>Efeito líquido no resultado</b>			(40.863)	(50.596)	(60.329)	(31.129)	(21.396)

Referência para ativos e passivos financeiros	Taxa em 31/03/2019	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)	6,34	8,10	9,72	4,86	3,24
SELIC (% 12 meses)	6,35	8,15	9,78	4,89	3,26
TJLP (% 12 meses)	4,58	5,72	6,86	3,43	2,29
IGP-M (% 12 meses)	6,79	8,75	10,50	5,25	3,50
IPCA (%12 meses)	8,27	4,07	4,89	2,44	1,63

Fonte: B3

**(vii) Risco de escassez de energia**

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Em uma situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. Com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo através do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (conta bandeiras) no sentido de sinalizar a situação hidrológica do país, contendo assim o consumo de energia de forma não racional.

**(viii) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento**

Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

## 26.5 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida líquida / EBITDA

	31/03/2019	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos	1.451.925	1.334.074
Debêntures	1.046.256	1.040.787
Caixa e equivalentes de caixa	(1.514.728)	(1.220.936)
<b>Dívida líquida</b>	<b>1.153.925</b>	<b>1.153.925</b>



	<b>983.453</b>	
EBITIDA *	208.816	954.153
<b>Dívida líquida / EBITIDA</b>	<b>4,71</b>	<b>1,21</b>

\* EBITIDA (Lucro líquido - IRPJ/CSLL - Resultado financeiro - Amortização - Depreciação)

• Dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)

	31/03/2019	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos	1.451.925	1.334.074
Debêntures	1.046.256	1.040.787
Caixa e equivalentes de caixa	(1.514.728)	(1.220.936)
<b>Dívida líquida</b>	<b>983.453</b>	<b>1.153.925</b>
Patrimônio líquido	2.979.104	2.949.791
<b>Dívida líquida / (dívida líquida + Patrimônio líquido)</b>	<b>0,25</b>	<b>0,28</b>

• Dívida de curto prazo / dívida total

	31/03/2019	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos	203.837	202.968
Debêntures	171.151	170.629
<b>Dívida de curto prazo</b>	<b>374.988</b>	<b>373.597</b>
<b>Dívida total</b>	<b>2.498.181</b>	<b>2.374.861</b>
<b>Dívida de curto prazo / dívida total</b>	<b>15%</b>	<b>16%</b>

Nos período findo em 31 de março de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia atingiu níveis esperados dos indicadores mencionados acima.

## 27 Eventos subsequentes

Em 30 de abril de 2019 foi aprovado pelo conselho de administração o aumento de capital da Companhia, sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 165.976.580.

\* \* \*

## **Conselho de Administração**

Marcos Antônio Lopes Freixo Filho

Eduardo Haiama

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Oscar Alfredo Salomão Filho

José Silva Sobral Neto

Lídce Almeida Silva

Augusto Miranda da Paz Júnior

## **Conselho Fiscal**

Paulo Roberto Franceschi

Saulo Tarso Alves de Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

Francisco de Assis Duarte de Lima

Fernanda M. VB. Lima Schuery Soares

## **Diretoria Executiva**

Augusto Dantas Borges  
Diretor Presidente

Agnelo Coelho Neto  
Diretor

Carla Ferreira Medrado  
Diretor

Tatiana Queiroga Vasques  
Diretor de Relações com Investidores

José Jorge Leite Soares  
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima  
Diretor

Sérgio Souto Maia Malbouisson de Melo  
Diretor

Tinn Freire Amado  
Diretor

Geovane Ximenes de Lira  
Gerente de Contabilidade e Tributos  
Contador  
CRC PE 012996-O-3 S-MA